

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 25 de outubro de 2022 - Ata n.º 100.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Adelino Ribeiro** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **100.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Deputado Adelino Ribeiro que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 99, de 24 de outubro de 2022.) Era o que tinha, Deputado Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Primeiro Secretário, há expediente a ser lido?

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 507/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 371/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.247; **Ofício n.º 512/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 272/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.246; **Ofício n.º 510/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 232/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.245; **Ofício n.º 513/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 330/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.244. Era isso o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Goura.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente, Deputados de Mesa, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores que acompanham a nossa Sessão, boa tarde a todas e todos. Senhor Presidente, acho que estamos vivendo um momento muito grave da nossa democracia, um momento muito sensível, e pediria a atenção dos nobres Deputados. O ocorrido nesse final de semana, onde o Ex-Deputado Roberto Jefferson, criminoso, atacou policiais da Polícia Federal, Soldado Fruet, atacou com granada, com tiros de fuzil. Não deve ser encarado de forma leviana por todos nós. O Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, tem feito esse ato, esse gesto, representando o quê? O que representa esses gestos, Deputados e Deputadas? O que representa isso, senão a violência, senão a morte, senão uma ameaça à integridade e à vida das pessoas? Bolsonaro é, sim, responsável pelo escalonamento da violência política em nosso País, da morte do

companheiro Marcelo, em Foz do Iguaçu, dos assassinatos e das ameaças que estão presentes na nossa República. Ontem, Sr. Presidente, aqui pertinho da Assembleia Legislativa, aqui pertinho, no bairro do Ahú, uma família recebeu um tiro na sua casa porque tinha uma bandeira, Deputado Nelson Luersen, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na janela. Houve um tiro, um criminoso atingiu a casa dessa família porque tinha uma bandeira do MST. Havia uma criança na sala nesse momento, havia uma família que estava lá expondo a sua preferência política, pacificamente, como é garantido pela Constituição. Não é um caso isolado. Assessores do meu gabinete, Deputado Fruet, foram ameaçados na rua por estarem com uma bandeira, com uma camiseta, com adesivo do Presidente Lula. Passou um carro, o que fez o cidadão? Mostrou a arma, mostrou o gesto de Bolsonaro, e afirmou: "Aqui é Bolsonaro". Senhoras e senhores, é muito grave o que está ocorrendo, não podemos ser levianos, não podemos ser negligentes. A coisa pode desandar, a coisa pode ficar feia se discursos, que como ocorrem aqui frequentemente, que inflamam o ódio, que inflamam a violência, continuarem sendo aceitos na base da normalidade. A Casa Legislativa é o espaço do debate, é o espaço da divergência, é o espaço para discutir políticas públicas, mas não pode ser o espaço da ameaça, não pode ser o espaço da violência. E já falei aqui muitas vezes, o discurso da violência se traduz em atos de violência, como o ocorrido ontem aqui no Ahú, no centro de Curitiba, na capital do Paraná. Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que a Assembleia Legislativa, em nome de todos os Deputados, pudesse, sim, fazer um manifesto pela não violência, pela sobriedade, pela sensatez, pelo acolhimento do resultado das urnas desse domingo, Sr. Presidente. É muito importante, porque estamos vivendo dias de tensão e essa tensão vai aumentar até as eleições no dia 30. Então, é muito importante que todos os Poderes, todos, Deputado Batista, todos os homens políticos, as figuras públicas, comprometam-se com o resultado das urnas, com o aceite do resultado das urnas do dia 30. Não podemos ter e não podemos cair em uma aventura golpista que o Sr. Jair Bolsonaro pretende criar no nosso País. O Brasil é muito maior do que Bolsonaro, a nossa bandeira não é a bandeira de Bolsonaro. Bolsonaro, Deputado Arilson, não pode dizer que a

bandeira do Brasil é sua. A bandeira do Brasil é de todos os brasileiros. Faço esse pedido, Sr. Presidente, que, em nome dos 54 Deputados, a Assembleia faça um manifesto pela paz, pela não violência, pelo resultado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Pelo resultado da democracia. Da minha parte, do meu Partido, sim, transformamos esse gesto ignóbil, esse gesto da violência, no gesto da esperança, no gesto da vida, no gesto, Deputados, por Lula Presidente da República no dia 30. Pela democracia, pelos direitos, pela cidadania. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No horário do Grande Expediente, Deputado Tercílio Turini.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tercílio Turini; e Professor Lemos.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Cumprimentar também quem nos acompanha pela *TV Assembleia*, pelas redes sociais. Deputado Traiano, recebi hoje um telefonema de um Vereador de Porecatu, em nome da Câmara de Vereadores e da cidade de Porecatu, ele nos ligava pedindo ajuda. Vou contar por que. Nós aqui do Paraná temos um divisa extensa com o Estado de São Paulo. E temos no Norte do Paraná uma ligação, que é uma das mais frequentes, com Ourinhos, a travessia do Paranapanema. Uma segunda travessia que temos do Paraná com São Paulo é pela PR-323, via Assis, Sertanópolis, Sertaneja, Assis. Temos uma terceira travessia que é por meio da Usina de Capivara, ali na região florestal por Porecatu. Porecatu muito próximo da divisa. E uma quarta travessia, é um pouco mais para baixo, é para Santo Inácio. E o DER São Paulo, a responsabilidade da Ponte do Capivara ali de Porecatu, travessia no Estado de São Paulo, é de responsabilidade do DER de São Paulo. O DER de São Paulo fez uma licitação para fazer a reforma da ponte e

uma reforma que, no edital, para uma duração de quatro meses. E a partir do dia 7 de setembro agora, praticamente daqui menos de 10 dias, a travessia será fechada totalmente pro um período de quatro meses. Olha, e sabemos que obras dificilmente ficam dentro do prazo estabelecido, geralmente se inventa um monte de argumentos e isso é ampliado. Olha o transtorno que isso vai gerar para toda a população do Estado de São Paulo, ou uma parte pelo menos, ou do Paraná, no Norte do Paraná. Por quê? A travessia de Porecatu e que vem pela PR-170, que liga Porecatu, Florestópolis, Prado Ferreira, Rolândia e dali vem aqui para Curitiba, Ponta Grossa-Curitiba, porto. Muitos dos produtos, soja, milho dessa região do Estado de São Paulo, acaba fazendo essa travessia. Levei essa discussão para o DER de Londrina hoje e falei com o Superintendente do DER de Londrina e ele confirmou, Deputado Evandro, que a informação é verdadeira. E que o DER do Paraná fez contato com o DER do Estado de São Paulo, mas o DER de São Paulo está, de forma radical, dizendo que não é possível passar o tráfego ali na ponte, porque teria que passar em uma velocidade de 10 quilômetros por hora e isso daria congestionamento. Olha, uma das rodovias, talvez, mais movimentadas do Estado do Paraná é essa PR-170. Quem passa por ali, e nós que trabalhamos nessa região sabemos o quanto essa rodovia é importante, tanto é verdade que até já se pensou em botar pedágio nessa rodovia para fazer a duplicação. E essa rodovia será praticamente interrompida, porque a ligação é com o Estado de São Paulo. Até perguntei para o Superintendente do DER de Londrina se não era possível fazer por meio de programação. Fica um dia fechado e libera no dia seguinte, para que os usuários da rodovia, principalmente os caminhoneiros, pudessem se programar. E disserem que essa alternativa foi colocada também para o DER do Estado de São Paulo, mas o DER do Estado de São Paulo não aceitou essa alternativa. Olha, qual é a saída então? Quem precisar ir, e muita gente é o trabalho deles, eles terão que se deslocar em uma quilometragem que vai variar de 70 a 100 quilômetros, para dar volta para fazer o trajeto que eles faziam anteriormente. É um transtorno brutal. Por que estou trazendo essa discussão aqui? Como a obra não começou, vamos pedir ajuda aqui do Deputado Traiano, para, por meio de Governo para Governo, do Deputado

Micheletto, que leve essa questão para o Governo do Estado do Paraná, que, por meio talvez de um contato em outro nível, porque do ponto de vista técnico esse assunto foi tratado entre o DER do Paraná e o DER do Estado de São Paulo e não teve solução. Fico pensando quantos aborrecimentos, além de quanto prejuízo, a cidade já tem dificuldades enormes ali. E, ali, todos sabemos que a ligação do Norte do Paraná com o Estado de São Paulo continua sendo uma ligação em todas as áreas, área de saúde, área de comércio, muito mais forte que certas regiões do Estado aqui do Paraná. Muita gente ainda da Região Norte do Paraná tem uma ligação muito forte com São Paulo, com Presidente Prudente, com Ribeirão Preto, com Campinas, com a capital, e isso vai realmente trazer um transtorno brutal para toda a comunidade aí do Norte do Paraná, especialmente quem fica nessa ligação. Então, acho que esse é um assunto fundamental que estamos trazendo aqui hoje e vamos pedir ajudar das lideranças do Governo para tentarmos equacionar essa questão. Deputado Micheletto, pedir ajuda de V.Ex.^a junto ao Governo do Estado, junto ao Secretário Furiatti, para que tentemos, pelo menos, achar uma alternativa para minimizar todas as dificuldades que terão pela frente. Não é um fechamento para fazer um asfalto de alguns dias. É um fechamento que está programado para quatro meses, podendo ser que isso se prorogue por um período maior ainda. Olhe o tamanho da confusão que vamos arrumar com a ligação, porque não é só a ligação com Estado de São Paulo, é ligação com Mato Grosso, inclusive, que vai estar prejudicada com o fechamento dessa travessia. Queria utilizar este espaço aqui hoje para repercutir uma fala que a Deputada Mabel trouxe aqui ontem, que é com relação ao atendimento pelo SUS, as consultas especializadas, cirurgias eletivas. Deputada Mabel, temos no País, temos no Estado, nos municípios, enormes desafios. Talvez um dos maiores desafios que temos é na área da saúde. Tenho dito aqui várias vezes que talvez a maior conquista social das últimas décadas que tivemos neste País foi, realmente, a implantação do SUS. Sou médico desde a época que não tinha SUS. Sou formado em 1975 e sei que a população, a nossa população, naquela época, praticamente não tinha acesso a serviços de saúde. Só tinha acesso ao serviço de saúde e na época era Inamps e só tinha acesso quem tinha carteira assinada.

Como a maioria da população morava na zona rural, naquele momento, então, a grande maioria não tinha acesso ao serviço de saúde. E como é que fazia? Ou a pessoa pagava ou a pessoa não tinha atendimento e, consequentemente, tinha o sofrimento das famílias e morria. O SUS é da década de 80, de meados da década 80. Temos aí, praticamente, 35 anos do SUS. O SUS abriu as portas, o acesso da população ao serviço de saúde e hoje temos uma grande encruzilhada. Por quê? Porque falta financiamento, falta dinheiro para o SUS. E onde falta mais dinheiro para o SUS: é dos municípios? Não é. A Lei Federal estabelece que pelo menos 15% da receita dos municípios têm que ir, os municípios gastam mais do que do que isso. O Estado tem que investir 12%. Só que a União não tem. E ao longo dos anos, não é de hoje, vem diminuindo o repasse para o SUS e isso está gerando grande dificuldade! Tanto é verdade que nos últimos 12 anos não se corrigiu a tabela do SUS. E, se não corrigiu, muitos profissionais não atendem mais pelo SUS, você não consegue encontrar mais, hoje, otorrino que queira trabalhar pelo SUS, porque uma consulta custa R\$ 10,00. Essa é a grande encruzilhada. E os grandes parceiros do SUS são os hospitais filantrópicos, porque a rede pública não atende 25%, hoje, dos pacientes que precisam ser internados. Então, os grandes parceiros são os hospitais filantrópicos: as Santas Casas, os Evangélicos. Tem, também, parceiros privados, só que aquilo que o SUS paga não cobre as despesas, os hospitais estão ficando quebrados. Recebi há duas semanas um pedido de socorro da Santa Casa de Londrina, porque eles não conseguiam pagar energia elétrica e a Copel botou a Santa Casa no Cadin.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Já cederei, Deputado. E o Cadin logicamente impede convênios, recebimentos de recursos, uma série de coisas. E estou dizendo tudo isso, porque, lógico, Deputada Mabel, temos uma fila quilométrica hoje – tanto para cirurgias eletivas, quanto como para as consultas especializadas para procedimentos. E se não focarmos que temos que fazer com que o SUS seja a grande porta de atendimento, porque hoje 75% da população não têm plano de saúde, não têm dinheiro para pagar e quem tem que bancar isso

somos nós, público: o município, o Estado e a União. Esse é um grande desafio que os novos governos, principalmente o Governo Federal, quem ganhar a eleição terá que se debruçar. Deputado Nelson, tem o aparte.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Quero parabenizá-lo, Deputado Tercílio, pelo assunto trazido a esta Casa. E, realmente, o SUS está defasado com o repasse para os municípios, para o Atendimento Básico de Saúde, o PAB está congelado há muitos anos e temos conversado muito com prefeitos, com representantes da população lá nos municípios, e a preocupação é muito grande, porque muitos municípios inclusive estão ampliando, construindo hospitais, estão fazendo com que possamos ter um atendimento melhor para a população do futuro, mas se não houver um repasse maior por parte do Governo Federal, somente o Estado e os municípios não terão condições de dar esse atendimento para nossa população do Estado do Paraná. Então, estamos vivendo um momento de eleição e lamento que não tenha ouvido muitas propostas de nenhum dos dois candidatos nesse sentido, que é uma das maiores preocupações que temos em nosso País, hoje, é melhorar o atendimento do SUS, é trazer mais recursos para os municípios, para os hospitais filantrópicos e para atender a nossa população que está desassistida e com o repasse congelado há muitos anos. Parabéns a V.Ex.^a por esse assunto que traz aqui a esta Casa.

Deputada Mabel (PSDB): Permite-me um aparte, Deputado Tercílio?

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Obrigado, Deputado Nelson. Deputada Mabel, tem o aparte.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Tercílio, concordo, a tabela SUS está bem defasada. Acho que o Governo Federal... confesso que não me lembro de ter ouvido nenhum dos dois candidatos falar em reajustar a tabela SUS. Mas o fato é que temos recursos, sim, tanto do Governo Estadual, quanto do Governo Federal. Ontem aprovamos, aqui, um Projeto de 30 milhões para o Ministério Público e disse isso ontem: que recursos deveriam ser realocados em prioridade. Acho que não existe prioridade maior do que a saúde. E o povo não tem culpa. No final das

contas o povo não tem culpa de falta de gestão. Vi no último ano, no ano da pandemia, o Governo Federal enviar muitos recursos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel e Deputado Tercílio, um minuto para concluir.

Deputada Mabel Canto (PSDB): O Governo Federal enviou muitos recursos para os municípios sobre a Covid: teve quem investisse bem, teve quem não investisse tão bem. Acho que não falta recurso. Falta, sim, atualizar a tabela SUS, mas recursos temos à disposição e o povo não pode pagar essa conta.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Deputada Mabel, concordo com a preocupação de V.Ex.^a, mas falta recurso! Para V.Ex.^a ter uma ideia, há 25 anos o Governo Federal repassava em torno de 8,5 da receita corrente líquida para o atendimento do SUS. Hoje isso, e não estou dizendo que é esse Governo, estou dizendo que vem ao longo de 25 anos decaindo, hoje é em torno de 5%, que significa em torno de 50 bilhões a menos se fosse atualizado, o que daria... só o Paraná seguramente estaria recebendo uns três bilhões a mais e precisa realmente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tercílio, para concluir.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Realmente há necessidade, além da gestão, de mais recurso para atender e fortalecermos o SUS. Muito obrigado.

DEPUTADO GALO (PP): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, por favor.

DEPUTADO GALO (PP): Complementando, é rápido, Deputado Tercílio, Mabel e demais colegas. Pesquisa divulgada recentemente pelas universidades: 40% das pessoas que estão na fila do SUS já faleceram e continuam na fila.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa do Vereador de Almirante Tamandaré, Sr. Portes, da sua esposa Cláudia e do seu filho Nenê, por solicitação do Deputado Plauto Miró Guimarães. Sejam bem-vindos à Casa.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, quero também registrar a presença dos jovens, das pessoas da Associação Valores em Construção, do município de Palmeira. Eles estão aqui acompanhando a Sessão e eles fazem um trabalho importante lá, dentro da sociedade, em assistir, promover, valorizando crianças, adolescentes. Enfim, eles fazem um serviço muito bonito em prol da sociedade. Então, a eles que estão aqui, inclusive, dias atrás aprovamos um Projeto de Lei de Utilidade Pública para eles. Quero fazer uma saudação a todos eles, em nome do Manfred. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sejam bem-vindos à nossa Casa. Com a palavra, ainda no Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento toda a população que acompanha a nossa Sessão. Quero fazer um cumprimento especial aos jovens de Palmeira que nos honram com suas presenças aqui, na Assembleia, cumprimentar o Deputado Plauto por ter feito o convite e também dando apoio, Deputado Plauto, a essa iniciativa muito importante. Sejam bem-vindos e bem-vindas à Assembleia Legislativa. Quero também fazer um cumprimento especial à Professora Walkiria Mazetto, Presidente da APP-Sindicato que também nos honra com sua presença aqui. E cumprimentar de modo especial todos os nossos visitantes que hoje vêm até à Assembleia e acompanham a Sessão, sejam bem-vindos e bem-vindas à Assembleia. Quero, aqui, Sr. Presidente, tratar de um Edital, Edital n.^o 2, Edital n.^o 2/2022, que foi publicado pela Paraná Educação. A Paraná Educação é uma empresa privada chamada de Serviço Social Autônomo, de natureza privada, que tem um contrato

com o Estado há muito tempo. Esta Paraná Educação tem contratado, no passado contratou funcionários, professores, mas parou de contratar. Com o tempo, o Estado passou a fazer os contratos temporários via PSS, tanto para professores quanto para funcionários. A Paraná Educação não contrata mais professores e funcionários faz muito tempo, mas, agora, o Secretário de Estado da Educação resolveu combinar com a Paraná Educação para ela fazer um Edital, Edital n.º 2/2022, para terceirizar a gestão de escolas do Estado, em um projeto inicial, com 27 escolas estaduais, escolas de Curitiba, escolas de Colombo, escolas de Araucária, de Ponta Grossa, de Londrina. Escolas estaduais que têm direção, que têm equipe pedagógica, que é subordinada ao Núcleo de Educação, que é subordinada à SEED, à Secretaria de Estado da Educação, que tem também o Instituto Fundepar, mas aí vejam o edital. O edital diz o seguinte: "O Paraná Educação poderá, a qualquer tempo, abrir período de novas adesões para este credenciamento, para instituir o projeto *Parceiro da Escola*." Então, o projeto se chama *Parceiro da Escola*. Então, com esse projeto *Parceiro da Escola*, a Paraná Educação vai receber um dinheiro da Secretaria da Educação para contratar empresas privadas. Essas empresas privadas poderão contratar outras empresas para executar tarefas nas escolas, com um valor de R\$ 800,00 por mês, por aluno. E se atender às metas mínimas, no final do ano, a empresa receberá mais R\$ 1.200,00, que é um prêmio de R\$ 100,00 por aluno vezes 12 meses. E se a escola tiver educação em tempo integral, essa empresa receberá mais R\$ 480,00 por estudante, por mês, ou seja, R\$ 1.280,00 por mês. Mas essa empresa também vai receber dinheiro para reformar escolas. Não será mais a Fundepar. Essa empresa também receberá dinheiro para ampliar as escolas, receberá dinheiro para reparos, vai fazer a gestão da escola, vai contratar professores, vai contratar funcionários, vai também adquirir a merenda para os estudantes e os profissionais, uniformes também. Mas quem é que vai repassar o dinheiro? É o Estado, é a Secretaria de Estado da Educação. Este é um projeto que não deu certo em Goiás. Em Goiás já foi suspenso porque se verificou que era uma forma de desviar o recurso público da educação, pondo dinheiro no ralo, enchendo o bolso de empresários, que já estão com o bolso estufado. Isso que o Governo do

Paraná está propondo é mais do que uma vergonha, é um crime contra o interesse público, é um crime contra o dinheiro da educação. Não foi por acaso que lutamos, professores, funcionários de escolas, lutamos com os pais, com os estudantes, aqui, neste Estado. Fui Presidente da APP-Sindicato nessa ocasião. Fizemos um movimento importante para mudar o art. 185 da Constituição do Paraná, para obrigar o Paraná a colocar mais 5% do orçamento em educação. O Paraná se destaca entre os Estados do Brasil. Desde 2006 para cá, ele tem obrigação de aplicar no mínimo 30% dos impostos em educação. O que significa, este ano, 2,5 bilhões a mais para a educação, porque o Estado tem uma receita que vai chegar a 50 bilhões. Esses 30% que lutamos para pôr na educação não é para entregar para a iniciativa privada, como o Estado está entregando. Contratou, sem licitação, 14 empresas para terceirizar a contratação de funcionários de escolas. Está entregando dinheiro todo mês para 14 empresários. Antes, o Estado fazia o contrato direto com o funcionário de escola. Agora, não faz mais. O Estado gastava 18 milhões por mês no ano passado, com 11 mil funcionários. Gastava 18 milhões por mês com 11 mil funcionários de escolas. Agora, gasta 40 milhões com 8 mil funcionários. Boa parte do dinheiro está entrando no bolso dos empresários. Isso está errado! Já denunciamos isso, inclusive, para o Ministério Público, que está devagar demais, que não está olhando o interesse público. Como o Estado, agora, contrata empresas terceirizadas, 8 mil funcionários, gasta 40 milhões por mês, quando gastava 18 milhões por mês com 11 mil funcionários? Pagava um salário maior para os funcionários, as escolas tinham mais funcionários. Mas isso não bastou, porque aí, no início deste ano, o que o Secretário da Educação fez? Ele avançou. Contratou uma empresa chamada Unicesumar para ofertar aulas por televisão nas escolas, em 445 colégios do Paraná que têm ensino profissionalizante, para dar três aulas, que são as aulas técnicas de cursos profissionalizantes. Os alunos estão reclamando que não aprendem. Pais preocupados, protestos no Paraná inteiro, mas o Governador não voltou atrás. Também levamos ao Ministério Público. Pergunto aqui: cadê o Ministério Público do Paraná que não está fazendo nada com esse absurdo? Lá está protocolada a denúncia. Verifique, faça como lá em Goiás, faça como em outros Estados estão

fazendo. Também pergunto: agora, esse edital será apoiado por esta Assembleia? Será que não dá para pôr um ponto-final nisso? Esse maldito edital é o prenúncio da entrega do dinheiro da educação pública à sanha de empresários avarentos, que não se conformam com a riqueza que já têm, que querem ficar mais ricos à custa do erário público. Está errado isso! Aqui querem contratar professores, funcionários de escolas, merenda, enfim, pega o dinheiro e entrega para a iniciativa privada. É uma vergonha! Aqui nesse edital está escrito que os professores e pedagogos e outros profissionais, que atualmente são contratados por meio do PSS, poderão ser contratados pela contratada. Aqui está dizendo que se trata de credenciamento de empresas do ramo de gestão educacional, pessoa jurídica, claro, de iniciativa privada, direito privado. É uma contratação direta! Não tem licitação. Antes de esse edital ser publicado, empresários já visitaram essas escolas e os diretores não sabiam por que estavam visitando, a comunidade escolar não sabia, mas eles foram visitar as escolas, foram tomar café. Agora as escolas descobriram por que eles foram visitar as escolas. Porque querem ganhar dinheiro administrando as escolas. E o que está aqui no edital? Está aqui também que... olhem aqui que barbaridade, a contratante ou a SEED, que é a Secretaria da Educação, não responderão por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros. Então, a Secretaria da Educação repassará o dinheiro para a Paraná Educação, a Paraná Educação vai contratar uma empresa e essa empresa vai contratar outras empresas. O contrato com a contratada não vai, então, ser responsabilidade nem do Governo, por meio do Secretário da Educação, nem da Paraná Educação. Ora, vai quarteirizar as escolas do Paraná, não é nem terceirizar! Isso passou dos limites! Isso é um absurdo! Isso é um absurdo! Está aqui, uma vergonha, e diz que vai começar em janeiro de 2023. Querem repassar R\$ 800,00 por mês por aluno para empresas privadas e se atingir a meta mínima estabelecida receberá um prêmio de mais R\$ 100,00 por aluno, 12 vezes esses R\$ 100,00, no ano seguinte passa a receber mais R\$ 100,00 porque atingiu a meta. Mas, e se não cumprir a meta? Não diz que será descredenciada, diz que a contratada vai avaliar se ela seguirá trabalhando

mesmo não cumprindo a meta. Ora, aí disseram que conseguiram um Parecer Jurídico n.º 81/2022 para fazer este absurdo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Que parecerista é esse? O parecer parece, quando é encomendado sai sob encomenda. Então, não concordamos com um parecer desse, não concordamos com este Edital e quero aqui solicitar a todos os Deputados para assinarem comigo este Requerimento que está no sistema da Assembleia. Todos os Deputados e Deputadas estão convidados a assinar este Requerimento solicitando ao Governador Ratinho Junior e ao Secretário da Educação a suspensão imediata desse absurdo, desse Edital n.º 2, porque ele é o escárnio da razão. Isso é pegar o dinheiro da educação e pôr no ralo, melhor, pôr no bolso de empresários que querem tomar o dinheiro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, seu tempo encerrou.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa, a visita da Câmara Mirim de Tijucas do Sul, acompanhados pelo Presidente da Câmara, Sr. Ricardo Oliveira, do Vereador Everaldo Schlosser, dos servidores Eduardo Rodrigues, Jenifer Lima, Ranolfo Lima e Luciano, e das Diretoras Escolares Liriane Waloski, Vera Oliveira e Everli Cruz. Sejam bem-vindos à nossa Casa. *Pela ordem, Deputado Dr. Batista.*

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, só para relembrar a todos os Deputados da Comissão de Saúde, Deputados Arilson Chiorato, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Ricardo Arruda, Cristina Silvestri e Evandro Araújo, amanhã, às 10 horas, reunião da Comissão de Saúde sobre o relatório detalhado

do quadrimestre anterior, 2.º quadrimestre de 2022, da Secretaria de Estado da Saúde, em cumprimento à Lei Complementar n.º 141/2012. Será realizada amanhã, às 10 horas, com a presença do Secretário Beto Preto, Deputado Federal eleito, que estará presente, nosso Secretário de Estado da Saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.º Deputados: Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcio Pacheco (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas e Deputados e os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, primeiramente, ouvi hoje a fala do Deputado Goura. Cada vez fico mais escandalizado das *fake news* que esta turma fala sem ficar vermelho. Ele falou que este dedinho aqui mata, gera violência e está matando gente nas ruas. Deputado Goura, primeiramente, o senhor foi falar de um caso, de uma discussão que não teve nada a ver com política, em que uma pessoa morreu e era do Lula, apoiador do Lula. Leia, procure ver quantos bolsonaristas morreram realmente por questões políticas nas mãos de petistas! Está aqui, olha! Está aqui, no Estado: “Apoiador de Bolsonaro é morto por petista em Santa Catarina. Apoiador de Lula mata a facadas amigo de bolsonarista no litoral de São Paulo. Petista matou bolsonarista e diz que morava junto há não sei quanto tempo.” Então, não é o dedinho que mata ninguém, não! Um mata o outro porque é bandido; quando o cara é criminoso, ele mata. Agora, Deputado Goura, o que mata realmente sabe o que é? São as drogas. Marcha para a maconha, que o senhor defende, liberação de drogas, isso mata e destrói famílias, isso é uma vergonha que jamais no Governo Bolsonaro vai liberar! E vocês que são partidários disso, vocês estão loucos para o Lula ganhar e liberar drogas para todo mundo, liberar o aborto, incentivar a ideologia de gênero, é isso o que esse ex-

presidiário quer fazer no nosso País. E não sou eu que estou dizendo, não, ele falou, tem vídeos... Não posso pôr aqui porque houve um acordo que nem participei aqui, nesta Casa, que não pode pôr vídeo e nem falas! Mas, tem lá ele falando, réu confesso, ele fala que vai censurar a imprensa, ele fala que é a favor do aborto, ele fala que é a favor de liberar drogas, ele incentiva a ideologia de gênero. Esse é o Lula, um cara que não respeita a família, não respeita o povo. Se respeitasse, não teria roubado tanto o nosso País! Todas as empreiteiras que ele colocou para fazer as obras fora do Brasil e aqui dentro devolveram 15 bilhões nas delações premiadas, réus confessos: *Roubei e estou devolvendo*. Esse era o Lula, que quer voltar ao poder! Gente, vamos acordar para uma realidade, um cara que nem falar sabe, está totalmente desnorteado, não sei se a bebida queimou os poucos neurônios que tinha, só fala bobagem, é um cara agressivo, ameaça todo mundo, falou que vai colocar os padres e pastores no lugar devido, que vai perseguir o Governador de Minas. É só ameaça, uma atrás da outra. E ainda escuto aqui um Deputado falar que o nosso Partido, nós conservadores que geramos o ódio. Nunca! Nunca, em nenhum movimento conservador teve uma cena de ódio, ao contrário, tem oração, tem Hino do Brasil, famílias reunidas. Agora, vejam os movimentos do PT, é gente urinando nas ruas, quebrando prédios públicos, brigando com a PM, queimando pneus. Eles é que geram ódio em todo o lugar. Isso é uma vergonha! Agora, pior, pior é a roubalheira que estamos sofrendo nestas eleições. Está escancarado o roubo bancado pelo TSE, que defende todos os erros do PT e fica tirando todas as propagandas do Governo Bolsonaro, onde eles põem a fala do Lula, réu confesso, falam que é *fake news* e mandam tirar. Agora, foram descobertos, vejam vocês que nos acompanham, 154 mil inserções em rádios não foram feitas pelo Presidente Bolsonaro, foram feitas, todas essas que eram para o Presidente Bolsonaro, foram feitas para o Lula. Eles roubaram 154 mil inserções. Isso aí: *Ah, é 'fake news'*. Não. Não é *fake news*. Nisso tiveram duas empresas de auditoria. É muito fácil conferir, toda rádio é obrigada a manter a grade que foi publicada, durante 70 dias. Então, isso tornou ilegítima essa eleição por fraude. Tem mais, Deputado Traiano, Presidente Traiano, tem um aplicativo do TSE, Deputado Fruet, que se chama Pardal. Olhem

outra falcatura do TSE. Estou aqui revelando e provando que eles, o TSE é um partido político, que defende um lado só. Estão apavorados se o Bolsonaro ganhar, porque sabem que haverá mudanças. Olhem o que tem nesse aplicativo Pardal. Se você quer fazer uma queixa, de alguma denúncia eleitoral, você entra nessa página no TSE que se chama Pardal. Fala assim, vou denunciar uma campanha do PT, põe PT lá, não tem, tem todos os partidos, não tem PT. Então, você não pode denunciar nada contra o PT. Podem conferir. Mandei conferir agora. Recebi e mandei conferir. Está lá. Vou entregar essa denúncia aos representantes do Governo Bolsonaro, porque alguma medida precisa ser tomada. Não podemos permitir que um Tribunal Eleitoral, o TSE, Tribunal Superior Eleitoral, faça tantas falcaturas querendo, *na marra*, fazer com que o *descondenado* ganhe, sabendo que a população não quer esse homem. Mesmo eles *metendo a mão* estamos na frente. Já viramos nas principais capitais, estamos na frente e não é pouco, bastante na frente. Mas eles não se conformam, querem ganhar *na mão grande*. Não vão ganhar *na mão grande*. Quer falar?

Deputado Gilson de Souza (PL): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Por favor.

Deputado Gilson de Souza (PL): Deputado, agradeço pelo aparte. Quando Vossa Excelência fala sobre violência, fala sobre desordem, que quer ser estabelecida na nossa nação brasileira, quero narrar um fato lamentável acontecido no domingo passado na Igreja do Evangelho Quadrangular, na Praça Olavo Bilac, no Estado de São Paulo, Igreja liderada pelo Pastor Davi Rodrigues. Essa Igreja foi invadida, retiraram a bandeira brasileira que estava na fachada, e queimaram a Bandeira do Brasil. O *outdoor* que estava na frente, o luminoso foi quebrado, vidros foram quebrados também da Igreja. Não é esse o Brasil que queremos, o Brasil da desordem, do desrespeito à fé cristã. Defendemos o direito de todos aqueles que creem e daqueles que não creem. Então, quero aqui manifestar o meu repúdio a esse ato de violência, a essa desordem que estão

querendo estabelecer na nação brasileira. A minha solidariedade ao Pastor Davi Rodrigues e ao Pastor Mário de Oliveira, Presidente da Igreja Quadrangular.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Pastor Gilson. A minha solidariedade também aos pastores. Essa prática está ficando comum. O PT resolveu colocar as *manguinhas de fora*. Teve um membro, um Vereador aqui de Curitiba, que invadiu uma Igreja Católica. Entrou com bandeira vermelha no meio de um culto, de uma missa. Esse meliante será Deputado aqui também. Só está aqui porque o Ministro Barroso *canetou* para ele, porque foi cassado duas vezes. É uma vergonha, tudo que é para PT pode. Eles podem tudo. Foram várias Igrejas invadidas. Imaginem se o PT ganhar. Não terá mais igreja aberta aqui. Vão invadir todas. Ele está incentivando o MST a invadir terras de novo. Esse é o Lula, que alguns ainda batem palmas para ele. Um ladrão em pessoa, um mal em pessoa, um mentiroso em pessoa, o fujão. O fujão não vai a debate agora. Sabem por quê? Ele está envolvido em tantas falcatruas, que é envergonhado em todo debate. Então, ele foge do debate, esconde-se embaixo da tribuna. Esse é o Lula que não tem mais argumento para debater com ninguém. Ele falou que o Bolsonaro fala uma mentira por minuto. O Bolsonaro desafiou: “Fale uma mentira que eu falo, então.” Não falou. O Lula é só mentira. O PT é uma mentira, eles inventam números. Agora, eles têm a proteção, obviamente, dos Ministros que foram indicados por eles. Aliás, as falcatruas estão sendo levantadas, por nós, pela população brasileira, pelas forças armadas e, obviamente, tudo que for errado será corrigido de uma maneira. De que maneira será corrigido? Será dentro da Constituição Federal, diferente de como eles agem. Eles não respeitam a Constituição Federal, não respeitam nada, nem ninguém. Não respeitam nem a Deus, nem a fé cristã, nem a liberdade de culto. Imaginem se vão respeitar alguma coisa! Então, é bom que esse seu relato, Deputado Gilson, é bom, mande imprimir. Mande para o Deputado Goura, para ele ver quem é o ódio, que mata. Não essa mãozinha, não. A mãozinha aqui que mata, do *Lulaladrão*. Essa, sim, é criminosa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Essa mão do Lula, essa matou. Sabem por quê? Porque roubou dinheiro e não fez hospitais, não investiu em segurança, não investiu em nada de útil. O ladrão, isso é o emblema do mal, do ladrão. As pessoas que morrem, hoje, porque não têm saúde pública, é graças ao Seu Lula, que preferiu investir em estádio de futebol, supervalorizando as obras como sempre, *metendo a mão* no dinheiro público e é isso que deu. Então, é não para o Lula, é *arminha*, sim. Não para a maconha também, Deputado Goura, não para as drogas. Drogas mata. É isso aí, gente, vamos em frente. No domingo, agora, é Bolsonaro 22. Bolsonaro 22!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Acabamos de receber duas mensagens do Governo, para apreciação desta Casa: **Mensagem n.º 87/2022** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 461/2022**) que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de informação adequada sobre a identificação das espécies de tubarão e raia comercializadas com o nome popular de cação pelos supermercados, peixarias, restaurantes e estabelecimentos comerciais em geral; **Mensagem n.º 88/2022** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 462/2022**) que acrescenta a função de biomédico ao cargo de Promotor de Saúde Profissional, da carreira de Promotor de Saúde, no Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS, instituído pela Lei n.º 18.136, de 3 julho de 2014.

Próximo orador, pelo PT, Deputado Tadeu Veneri. Ainda bem que a eleição termina domingo.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, agora me convenci, definitivamente, do resultado dessa eleição, domingo. Quando vejo até o Deputado Arruda fazendo o “L”, é sinal que a coisa tomou um rumo que não tem

mais como segurar. Demorei muito tempo para ver o Deputado Arruda fazendo o “L”, com as duas mãos ainda. O Deputado Arruda faz o “L” com a mão certa, com a mão direita. Então, Deputado Arruda, o senhor sabe que na segunda-feira poderá fazer o “L” bem tranquilo, porque, afinal de contas, teremos um novo Presidente. Deputado Arruda, vamos pedir licença para o senhor, até porque é público, mas pedir licença para o senhor, para divulgarmos para a população que o senhor também está com o Lula, está com o “L”. E vamos tocando a vida. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, aqui ouvimos o Deputado Lemos e ontem também toquei no assunto a respeito desse Edital 02/22, que é do credenciamento das escolas, para que o Estado faça um processo, que não é nem seleção, o Paraná Educação, da contratação usando R\$ 17 milhões, no primeiro momento, para 25 escolas, que tem um custo, para nós, um custo absurdamente difícil de ser realizado o propósito que é esse colocado. Inclusive, no item 3, aqui, se pegarmos, porque as escolas estão sendo terceirizadas nesse projeto e entre outras coisas, Deputado Homero, a Paraná Educação prevê que será para prestar serviços e executar e supervisionar a limpeza, conservação e higiene de áreas internas e externas nas instituições de ensino, incluindo mão de obra, uniformes e material necessário para tanto. E mais, diz que os uniformes deverão ser compostos por camiseta, dois agasalhos, *shorts*, uma série de coisas, bermudas, que sabemos que não é possível realizar com esse valor. A pergunta que fazemos. Primeiro, por que não passa nenhum projeto por esta Casa? Vários Deputados já se manifestaram em outros momentos a respeito da atividade, que é uma atividade fim, não é uma atividade meio, que é a educação. Vários Deputados, e nós também nos manifestamos, quando o Estado, por diversas vezes, tentou transferir essas atividades para empresas privadas. Agora, a pergunta é: se o custo que está colocado ali de R\$ 800,00 a R\$ 1.400,00 por aluno, ora, já recebendo as instalações prontas, não tendo que investir absolutamente nada, esse custo é o custo que você tem praticamente em uma escola privada. Alguma coisa não está certa nesse processo. Esse credenciamento, Sr. Presidente, vai até o dia 1.^º de novembro, até o dia 1.^º de novembro o credenciamento será feito. Agora, algumas perguntas ficam no ar.

Deputado Evandro, V.Ex.^a que é da Comissão de Orçamento e que entende bastante de orçamento, como é que se faz um credenciamento para 25 escolas e não diz qual é o critério de desempate, por exemplo? Se duas escolas, ou uma empresa, duas empresas pegarem a mesma escola, como que desempata? Não diz. Se as escolas estiverem uma delas em uma situação extremamente difícil, quebrada, literalmente quebrada fisicamente, quem pegar vai receber o mesmo valor de quem pega o Colégio Estadual do Paraná, por exemplo, que foi reformado recentemente a um custo de mais de uma dezena de milhões de reais. Esse negócio aqui não vai dar certo, não da forma como está. E já adianto aos senhores que vamos, claro que há uma série de ilações, inclusive há uma afirmação, que não sei se é verdadeira ou não, que um dos grupos interessados é um grupo de Minas Gerais que teria interesse em fazer a administração dessa escola, alguns falam que grupos locais estariam interessados já em fazer o gerenciamento do Colégio Estadual noturno. A verdade é que o Governo Ratinho está buscando terceirizar a educação, que é uma coisa muito ruim, depois de dois, três, quatro, cinco, seis anos sem reajuste salarial, depois de não ter mais PSS para Agente I e II, depois de não contratar mais professores, de cortar, com o novo Ensino Médio, cortar uma série de disciplinas, agora o Governo do Estado inventou que pode terceirizar a educação da forma que melhor lhe aprovou, ou da forma que for melhor para os seus, não diria amigos, mas os seus próximos. Isso aqui interessa a alguém, não sei quem. Mas estamos, Deputado Lemos, o senhor colocou aqui e assinamos, para que o Governo suspenda esse edital. Falei ao Deputado Arilson, falei ao Deputado Goura também, vamos amanhã entrar com mandado de segurança. Não é possível que o Governo Ratinho, porque ganhou a eleição, acha que pode tudo. Não pode. Isso aqui passa por esta Casa, estamos trabalhando com atividade fim e não com atividade meio, é entregar toda a administração da escola praticamente, Deputado Plauto, para um grupo que não sabemos qual é. Isso aqui não pode simplesmente ser feito como se fosse: *Ah não, é só uma escola como foi a escola Cívico-Militar.* A escola Cívico-Militar mudou e passou por aqui, aliás, tem três, a primeira lei, e duas leis alterando a escola, teve que passar por aqui. Por quê? Porque estavam mudando, e não

estavam entregando, veja Deputado Plauto, a escola Cívico-Militar, que temos uma profunda divergência com ela, não estava entregando a administração integral da escola a um grupo privado, estava dizendo que aquela escola teria um tratamento diferenciado, que aquela escola teria um diretor e um agente, monitor de segurança diferenciado, e que teria uma série de regras, quais os municípios poderiam, quais as escolas que poderiam, qual os IDEBs que poderiam, quais as condições financeiras, sociais das crianças desta escola. Isso passou por aqui por lei, porque há o entendimento de que você muda o conceito da administração da escola. Agora, o Governador dá uma de esperto, ou o seu Secretário, não sei se foi o Governador, Deputado Marcel, ou o seu Secretário, Deputado Marcel Micheletto – Deputado Marcel está em uma conversa com os coxas-brancas aqui – Deputado Marcel, sei que o senhor tem dois coxas-brancas, mas Deputado Marcel, isso aqui, esse edital, gostaria que o senhor desse uma atenção como Líder do Governo, porque algo muito mais, diria que muito menos grave do que isso aconteceu com as escolas Cívico-Militares e elas passaram por um projeto legal, por um Projeto de Lei. Isso aqui não passa por Projeto de Lei, o Governo simplesmente diz que vai fazer o credenciamento de empresas, estas empresas irão administrar 25 escolas e vejam os senhores, Deputado Marcel, aqui temos escolas, vou falar de Curitiba, que é o que conheço, conheço algumas outras escolas, mas não há como ficar falando coisas que depois podem ser contestadas e acho que não é bom. Mas você pega uma escola local, Leocádia Ramos, que é de Pinhais, ela tem 1.041 alunos, aí você pega também Santo Agostinho, que é uma escola de Curitiba, tem 571 alunos, pega uma escola com 554 alunos, Nossa Senhora da Glória, lá de Ponta Grossa, ou com 1.077 alunos que é a Escola Olímpia de Londrina. Qual o critério para administrar essas escolas? Quais as condições físicas dessas escolas? O Governo do Estado está dando um passo, a meu ver, absolutamente equivocado, absolutamente equivocado. Por isso vamos preparar e vamos entrar com mandado de segurança contra esse procedimento. Não é correto, não é correto que o Estado resolva inclusive abusar do seu poder, que é o poder discricionário de dizer na educação o que pode e o que não pode, mas ele não pode tudo, ele não pode, Deputado Plauto, simplesmente dizer, como

diz aqui, é um edital longo, são mais de 2 mil páginas. Mas, em alguns momentos, deparamo-nos com coisas surpreendentes, como falei: qual o critério de desempate? Não tem. Qual o critério para as empresas? Não tem. *Ah, mas ela tem que ter tido 5 mil alunos.* Ora, qual a empresa tem 5 e já administra 5 mil alunos? O critério é financeiro? O critério da empresa é financeiro porque ela é uma empresa que tem um respaldo e ela vai administrar a mesma escola do mesmo jeito da escola de 600 alunos de periferia e um colégio semelhante ao Colégio Estadual com 2 mil alunos? Mentira! Mentira! O que vai acontecer é que algumas escolas, que são escolas de excelência, serão administradas e alguém ganhará muito dinheiro com isso, e as outras escolas vão ficar *a Deus dará*. O Governador está dando um passo muito perigoso, muito perigoso, ao se render ao argumento financeiro, ao se render ao argumento que não é o argumento da educação, que não é o argumento de quem quer a melhor educação para o Paraná. O Governo, e não estou dizendo que é isso, mas pode estar caminhando na direção dos amigos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Isso é perigoso, Sr.^s Deputados, os amigos nem sempre são os melhores conselheiros. Não sei por que o Secretário Renato Feder, que já terceirizou para o Positivo, o Educatron, já terceirizou para a Unicesumar a educação a distancia, já está terceirizando uma série de atividades dentro das escolas, agora resolveu terceirizar, em um primeiro momento, 25 escolas. Não sejamos ingênuos. As primeiras 25 escolas são apenas um piloto para tudo mais que virá. Por isso mesmo volto a dizer, se não for possível amanhã, será até o final dessa semana, ou início da semana que vem, mas vamos entrar com mandado de segurança pedindo a suspensão desse processo, porque ele tem que passar por aqui, Sr. Presidente, ele não pode ser feito ao Iéu. É isso que acreditamos e por isso vamos fazer todas as medidas judiciais cabíveis e chamar todos aqueles que são interessados para evitar essa que será uma

tragédia, a privatização das escolas que quer fazer o Ratinho Junior. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, boa tarde. Na figura do senhor quero cumprimentar todos os Deputados e trazer aqui a continuidade da fala que iniciei ontem. Quero colocar aqui que o pedágio caro será detido. Na última segunda-feira, o Ministro da Infraestrutura, Sr. Marcelo Sampaio, esteve reunido com o Governador Ratinho Junior no Palácio do Iguaçu. De acordo com a matéria publicada pela imprensa, o Governador teve uma reunião reservada com o Ministro para tratar do pedágio. Primeiro fica aqui um alerta, reunião reservada para tratar de um assunto público, do interesse que é o pedágio, depois de tudo que foi esclarecido sobre o pedágio do Paraná, parece brincadeira. Segundo o Ministro, por orientação direta do Presidente Bolsonaro e com aval do Governador Ratinho Junior, passando a eleição, a nova licitação deve ganhar um novo ritmo. E os editais do lote 1 e 2 serão lançados na Bolsa de Valores já em novembro. Ou seja, na outra semana já começa o movimento. Como assim, Ratinho? Como licitar o pedágio ainda este ano? Porque se a *Agência de Notícia do Estado* não deu essa informação. Como é que o senhor teve a reunião e a *Agência do Estado* não trata disso, não publica isso? E ficamos sabendo por terceiros da tratativa do pedágio aqui no Palácio do Iguaçu. Pergunto isso porque o Tribunal de Contas publicou, semana retrasada, uma instrução processual, que foram encontradas várias inconsistências no contrato e nos seus anexos. Segundo o relatório do TCU, 12 determinações, oito recomendações e duas informações. O Tribunal de Contas da União mandou reavaliar todas as formas e métodos das desapropriações, pois, como havíamos denunciado, estão acima dos valores de mercado os imóveis. O TCU também mandou que fossem avaliadas obras de terceiros, feitas pelo DER, e os acordos de leniência, a fim de evitar o aumento da tarifa no futuro. Recomendou uma nova Audiência Pública, a fim de dar conhecimento à sociedade do novo projeto. Informou para a ANTT que a Frente

Parlamentar propôs um conselho de usuários por lote para acompanhar toda a concessão, desde o começo do contrato até o término, mas, ao que tudo indica, a dupla Bolsonaro e Ratinho pretende fazer o que vinha fazendo, enfiar o pedágio *goela abaixo*, caro e abusivo, na economia paranaense. Notem que o estudo que demonstrou as tarifas de pedágio do TCU coloca-as como as mais caras do Brasil. Aqui está uma imagem de parte do estudo. Das sete concessionárias mais caras do pedágio do Brasil, seis são do Paraná e o TCU diz que o estudo do Paraná é um caso para não ser repetido. Não é o Arilson. É o TCU, Tribunal de Contas da União, que está colocando. Além disso, o Tribunal demonstrou, Deputado Plauto, que no novo modelo de pedágio proposto, as tarifas subirão ainda mais, ficarão mais caras. E aqui, está aqui, mais uma vez, por favor, uma tabela. O trecho de Umuarama a Curitiba tinha um valor proposto de 53 vai para R\$ 108,00 após as obras e vamos ter uma carreta pagando R\$ 977,00 em uma viagem. O trecho de Londrina a Curitiba, o valor proposto era 62. Na verdade vai custar R\$ 83,00. E uma carreta vai pagar 759. O trecho de Maringá a Curitiba, que era proposto 73, vai custar R\$ 101,00 e vai pagar uma carreta 911. O trecho da minha querida Apucarana para Curitiba, que era 62, foi proposto 67 e vai custar 88 e uma carreta vai pagar R\$ 795,00. Ou seja, o pedágio do Bolsonaro e do Ratinho, que vai voltar semana que vem, vai matar a economia do Paraná. Não é o Arilson que está falando, é o Tribunal de Contas da União. Está aqui. Os números estão aqui. O pedágio caro está rondando o Paraná novamente. Mas não tem coincidência na política. Esse tema voltou a ser tratado agora nas vésperas. Por que não foi tratado na eleição de Governo de Estado? Porque é um processo que tira votos. E agora, de forma escondida, trata-se do pedágio. Olha, o Tribunal de Contas da União mostrou tudo aquilo que a Frente Parlamentar vinha denunciando. O novo modelo de pedágio implica em aumento de tarifa em 116%, por determinação do Bolsonaro e com subserviência do Governador do Estado. Aliás, agora entendi por que o Governador se empenha tanto na campanha do atual Presidente, para garantir a volta do pedágio caro e abusivo, logo na semana que vem aqui no Paraná. Coitado do povo paranaense. Não dá para admitir que em um processo desse se tenha escondido esse fato e agora ele vem à tona, pelas mãos de

outros, porque a agência do Estado sequer teve coragem de cobrir por completa a matéria da visita do Ministro. E ficamos descobrindo as coisas e ficamos indignados com isso. Além de voltar mais caro, volta com mais 15 praças. Volta com 35 anos de contrato. Está tudo claro o que está nessa planilha aqui com o jogo político que está acontecendo. Não existe coincidência. Não existe coincidência na política. Existe estratégia. E a estratégia acabou sendo estragada. Assim como a estratégia do Roberto Jefferson acabou com a granada, a bomba para o Paraná, a granada para o Paraná é a volta do pedágio caro. É isso que está por trás de todo esse jogo político. E temos que lutar para não deixar isso voltar.

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Fiz uma conversa nesse final de semana com o Presidente Lula sobre o pedágio no Estado do Paraná. E ele pediu para transmitir um recado para o povo paranaense. E a partir de amanhã vamos ter isso aqui. É esse o compromisso do Presidente Lula com o povo paranaense. A volta de um pedágio que garanta a segurança, ambulância, guincho, tranquilidade e trafegabilidade por R\$ 5,00. E ele pode falar, porque ele fez. Esse pedágio que pega a rodovia de Curitiba a Santa Catarina para a praia, foi feito pelos Governos do PT. E sabemos o que é fazer o pedágio e fazer com justiça. Hoje sai a propaganda, sai a proposta de Lula para o pedágio no Paraná, um pedágio que caiba no bolso do povo, que não vire um transtorno e que não traga para o Paraná todo prejuízo que foi feito. Hoje, mais do que nunca, está em jogo salvar vidas, criar condições econômicas, trafegabilidade em um pedágio barato com R\$ 5,00 justo, como é o de Santa Catarina, ou a volta escondida, feita reservadamente, sem contar para o povo, sem fazer audiência do pedágio caro. Herdado que poderia ter se livrado. Mas o Governo do Estado, com o Bolsonaro, resolveu trazer o fantasma deixado pelo Lerner para ter vida no Paraná por mais 35 anos. Mas vamos, dia 30, apertando o 13, libertar o Paraná do pedágio caro e abusivo. Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero parabenizar V.Ex.^a, Deputado Arilson, que foi um lutador e continua sendo um lutador no combate a esse roubo legalizado no Paraná que é o pedágio. Coordena a nossa Frente Parlamentar com muita sabedoria e competência. E você, eu, os nossos Deputados da Oposição não somos responsáveis por esse absurdo que o Governo Federal quer implementar no Paraná. Mas V.Ex.^a já traz a solução. É Lula. É Lula para salvar, inclusive o Brasil e o Paraná deste ataque brutal da senha do mercado que quer continuar roubando o povo brasileiro.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Acho, Professor Lemos, agradecendo o seu aparte, que o jogo tem que ser jogado às claras. O pedágio não é assunto só do Governador, como ele quer fazer aí. O pedágio é um assunto do povo. As reuniões têm que ser públicas, tratativas abertas, como fez esta Casa aqui. Parabéns a todos os Deputados. Tratamos o pedágio publicamente em audiências. Nada feito de forma reservada. Nada feito de forma que o povo não pudesse participar...

SR. PRESIDENTE (Deputado Reichembach – UNIÃO): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por isso que o Tribunal de Contas da União acatou as ressalvas feitas pela Frente Parlamentar, inclusive, ordenou que fosse feita nova Audiência Pública, mas, os *caras* querem resolver por cima. O Ministro e o Governador querem trazer o pedágio de volta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Reichembach – UNIÃO): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Mas, não vamos fazer com que isso aconteça desse jeito que eles querem. Vamos fazer do jeito que o povo paranaense pediu nas audiências, garantir ambulância, garantir o guincho, garantir a trafegabilidade, garantir a expansão da economia em uma tarifa baixa, em uma tarifa que caiba realmente no povo. Não adianta vir com acerto político por cima do processo. Não passará! Não passará! Não passará! Esse pedágio abusivo não

vai voltar no Paraná porque o 13, no domingo, liberta o povo do Paraná, de fato, do pedágio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Reichembach – UNIÃO): Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e todos que nos acompanham de casa. Já ouviu falar, Deputado Elio Rusch, em *cortina de fumaça*? *Cortina de fumaça* é o que acabamos de ouvir daquela tribuna neste momento. Uma bela de uma propaganda mais uma vez, Pastor Gilson, para enganar a população. É isso que o PT sabe fazer com primazia. Leva a população do Paraná, ou quer levar a população do Paraná, a ficar inebriada com a propaganda mentirosa de um pedágio de R\$ 5,00, para não permitir que a população veja tudo que está em jogo. Tudo que está em jogo. Fazer uma pergunta a quem está nos acompanhando de casa: você, meu irmão, você, minha irmã, que me acompanha neste momento, você já votou no Lula? Você já votou no PT alguma vez? Eu também já votei se a tua resposta foi “sim”. Mas é importantíssimo fazermos, neste momento, uma reflexão: em quem você vai votar nessas eleições? Em quem você vai votar nessas eleições deste ano? Porque eu já votei, mas depois que a consciência, a verdade, realmente chega à nossa memória e entendemos o que de fato está por trás de tudo que está sendo apresentado, aí entendemos o quanto devemos nos arrepender de um dia termos acreditado na propaganda, de um dia termos acreditado na manipulação, de um dia termos acreditado na mentira. Hoje temos dois candidatos: Lula e Bolsonaro. O detalhe que as pessoas precisam entender é que o que está em jogo é muito mais do que duas figuras chamadas Bolsonaro e Lula. Temos que ver, meus irmãos, quem está por trás, quem são as pessoas que estão ao redor, o projeto que tem por trás do candidato Bolsonaro e do candidato Lula. Quero fazer algumas reflexões que são importantes. Por exemplo, é muito importante que, primeiro, o cidadão que está em casa saiba que o Lula, para não ficar fazendo discurso pró Bolsonaro vou falar um pouquinho então da experiência que tive quando votei no Lula, quando votei no Bolsonaro e que hoje, com consciência

consigo falar, com propriedade, o que representa esse projeto. Uma coisa importante, Deputado Elio, que precisamos ter clareza. Gente, com menos egoísmo e com mais responsabilidade devemos pensar primeiro no nosso Estado e no nosso município. Meu irmão, o teu município onde você mora, o Prefeito: para quem ele declarou o voto? Se ele declarou o voto para o Bolsonaro você acha que o Lula vai olhar com carinho para o teu município? Se o Estado do Paraná, pensando no teu Estado do Paraná, meu irmão, o Governador Ratinho Junior já declarou apoio ao Presidente Bolsonaro. Você acha mesmo que o Lula vai tratar com muito carinho, com tanto amor, o Estado do Paraná? Pense um pouquinho politicamente. Digo mais: você acha mesmo que o Lula gosta do Paraná, onde nasceu a maior operação, a maior operação que destruiu a reputação do PT? A maior operação que mostrou a verdadeira face do PT no Brasil? Foi aqui no Estado do Paraná, meu querido. Onde que o Lula ficou preso? Preso? Onde que foi? Foi aqui em Curitiba, no Estado do Paraná, meu querido. Da onde que é o Senador da República eleito hoje que desencadeou, como Juiz, toda a *Operação Lava Jato*, que culminou em tudo que falamos antes? Foi aqui no Estado do Paraná, meu irmão. Então, temos que ter essa clareza para sabermos o que vai acontecer depois da eleição se o eleito for o Presidente Lula ou se o eleito for o Presidente Bolsonaro, que foi o Presidente que mais visitou o Estado do Paraná em toda a história de presidentes. E que só no Estado do Paraná foram mais de R\$ 2 bilhões que houve de investimento só na gestão do Presidente Bolsonaro. E vou fazer mais uma consideração: ouço muitas pessoas falarem, Deputado Plauto: *Ah mas não vou votar no Bolsonaro porque o Bolsonaro só fala bobagens*. A Deputada Bia Kicis, que é uma Deputada do Distrito Federal, proporcionalmente a Deputada mais votada do Brasil, disse o seguinte: “Não é porque você não gosta do capitão que você tem que entregar o navio aos piratas; não é porque você não gosta do Bolsonaro, que você tem que entregar o Brasil nas mãos do PT”. Porque sabemos o que o PT já fez no nosso País e sabemos o que o PT quer fazer com o nosso País. Então, temos que ter, gente, essa responsabilidade na hora do voto. Algumas perguntas básicas para as pessoas pensarem, meu irmão, você que está em casa me assistindo. Você é cristão de

verdade, mas cristão de verdade que coloca ou busca colocar Deus acima de tudo na tua vida? Quero fazer essa pergunta para você. Se você responder que a tua resposta é “sim”, meu querido, você não pode ser a favor de um candidato a Presidente que defende o aborto. E o Lula defende o aborto!

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Acho...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Não tem razão *pela ordem,* Presidente. Não há razão de pedir *pela ordem.*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem,* Sr. Presidente, *pela ordem.*

DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (REP): Não há razão, não cabe *pela ordem.*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem,* senhor...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, deixe-ouvir o Deputado Tadeu, depois...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só peço à V.Ex.^a, sei que é justo que V.Ex.^a faça a defesa que acha que deve fazer, mas há que se dizer onde está escrito isso e quando foi dito isso. Só faço esse pedido a V.Ex.^a, porque tenho um grande respeito pelo senhor e não gostaria que ficasse dúvida. O senhor disse que o Lula disse que é a favor do aborto. Onde está escrito isso e quando que ele disse isso, por favor?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Vou lhe mandar o vídeo na sequência, Deputado, em que o próprio Lula fala...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Quero que o senhor diga, por favor, agora!

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): ... que o aborto deve ser um direito de todos!

DEPUTADO ALEXANDRRE AMARO (REP): Acho que tem uma fala, viu, Deputado Marcio Pacheco... defendendo o aborto.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Tem a fala e tem mais! E tem mais! Tem outras situações, por exemplo, de uma, antes da esposa Marisa, do Presidente Lula, tem outra esposa dele que fez um vídeo, inclusive, declarando coisas que são importantes de as pessoas saberem. Vamos colocar na nossa rede social em breve para as pessoas saberem o que essa ex-esposa do Presidente Lula disse sobre o aborto. Então, assim, dizer que o Presidente não é a favor do aborto, ou seja, é uma coisa que é só para inglês ver, porque depois que viu que o público evangélico está batendo nessa pauta, o Presidente foi a público dizer que não, o Ex-Presidente, para não dizer outra palavra porque isso não pode falar, foi a público dizer que é contra o aborto.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado, permite-me um aparte?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Deputado Traiano, o senhor tem que recompor meu tempo inclusive pelo tempo que o Deputado Tadeu ficou ali falando.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): É só que, V.Ex.^a, o seguinte: o PT Governou o Brasil por 13 anos e não teve nenhuma lei que pudesse legalizar o aborto no Brasil, como é que o PT agora é a favor do aborto? Desculpe, V.Ex.^a está sendo absolutamente incoerente na sua fala. Desculpe. É que essa é uma questão de inteligência política, o senhor está sendo, infelizmente, uma desonestidade intelectual nesse tema, com o devido respeito pelo senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, não sei se o orador concedeu-lhe o aparte.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Acho que sim...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Não concedi o aparte, Sr. Presidente, não, não concedi aparte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em caso contrário, vou dar o tempo necessário ainda, porque V.Ex.^a fez uma intervenção, então peço aqui à nossa assessoria que dê mais 30 segundos, Deputado Marcio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Olha, Presidente, se a fala do próprio candidato dizendo que o Brasil tem que ter o direito de todos terem direito ao aborto, se isso por si, não basta, então não sei o que precisa provar mais. Família, família, o que é que o candidato Lula disse: que a família no formato que a Constituição estabelece é uma pauta já ultrapassada. Meu irmão, a família é o que há de mais rico e nobre em uma sociedade, na vida de qualquer pessoa. Liberdade! Liberdade é um dom, é um dom que temos. E o que é que representa o contrário de liberdade, por exemplo, neste momento, na América Latina? Venezuela. Venezuela, Nicolás Maduro representa o contrário de liberdade, representa ditadura, representa miséria. Ontem, foi publicado nas redes sociais um vídeo, Deputado Ricardo Arruda, do Nicolás Maduro declarando apoio e pedindo voto para o candidato Lula. Olha aqui. Que maravilha, isso! Então, gente, só não vê quem não quer. Só não vê quem não quer. E aí tem outras pautas, tem ideologia de gênero, que aqui, desde 2004, o Governo petista tentou colocar dentro do MEC, estimular a produção de materiais educativos para orientação sexual...

Deputado Alexandre Amaro (REP): O senhor permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Como se sexualidade dependesse de orientação. Como se não fosse algo próprio de cada pessoa.

Deputado Alexandre Amaro (REP): O senhor permite um aparte? Deputado Amaro.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Que é uma tentativa... Quem?

Deputado Alexandre Amaro (REP): Amaro.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Deputado Amaro, com a palavra.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Inclusive, em uma reunião, agora, que o Ex-Presidente Lula fez com pastores, em São Paulo, ele afirmou que essa ideia de banheiro unissex veio da cabeça de satanás. Está bem clara a palavra dele. Então, já podemos colocar alguns projetos para que não tenha isso, não é? Indiferente de quem comandar o País, se for a direita ou esquerda, Lula ou Bolsonaro, já ficou registrado que essa ideia vem de um lugar que não deveria nunca ter saído, não é? Só para registrar. E isso tem vídeo, tem a fala dele, não foi editada e foi com Pastores que ele falou, inclusive ele está gostando muito de pastores agora. Ele nunca gostou muito, teve muita afinidade. Ele andava por alguns outros lugares, tomava alguns tipos de banhos, sempre gostou de uma pipoca no banho, uma cachacinha, e aí agora ele gostou dos pastores. Acho que ele ficou um ponto enciumado com as Igrejas Evangélicas dando esse suporte, esse apoio ao Bolsonaro, inclusive... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, para concluir, Deputado.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Queria parabenizar o evento de hoje, na Igreja Abba, com a presença da Damares Alves, da Michelle Bolsonaro, e as mulheres que estavam com Bolsonaro, que fizeram e estão fazendo um ótimo trabalho em todo o nosso Estado e em todo o nosso Brasil. Obrigado!

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Banheiro unissex. Tem que perguntar por que é então que a Prefeita petista de Juiz Fora, amiga pessoal do Presidente Lula, vetou o projeto que proíbe o banheiro unissex, e os Vereadores do PT de lá votaram contra. Tem outras pautas, tem corrupção, que não tive nem tempo de falar. Tem Correios que agora rendeu 3,7 bilhões, que foi o maior escândalo de corrupção, um dos maiores, que são tantos. Tem Lula falando que é inocente, que é inocente, tendo sido condenado três vezes e não tendo sido inocentado. Então,

são tantas pautas. Tem liberação de drogas, tem MST, tem tantas coisas. Então, meus queridos, quero pedir que quem tiver consciência com o Paraná, com o município e com valores cristãos vote 22 e não vote no PT jamais!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (51 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Cantora Mara Lima (REP), conforme art. 97 § 4º do Regimento Interno; Delegado Jacovós (PL), conforme § 1º art. 104, Inciso I do Regimento Interno; e Nereu Moura (MDB), conforme § 3º Inciso I art. 97 do Regimento Interno (3 Parlamentares).]

Não há projetos que necessitam de apoioamento, vamos de imediato à Ordem do Dia.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 444/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 75/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Orçamento e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo faz um apelo aos Deputados para que votem “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai votar “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta, Cobra Repórter, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Mauro Moraes, Requião Filho. Deputado Cobra, vai votar, por favor? Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Nereu Moura, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (10 Deputados).]** Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 444/2022.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 445/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 76/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Orçamento e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Sr. Antenor Bellettini e Sr. Nestinho dos Santos Silva, por solicitação do Deputado Paulo Litro; dos Vereadores de Boa Vista da Aparecida, Nelinho Ramos, Laercio Gonçalves, Paulo Nogueira e Vilmar Brietzke, por solicitação do Deputado Guerra; e dos Vereadores de Mandaguari, Chiquinho, Eron Barbiero, Sebastião Alexandre e Daniel Martins, o Gambá, por solicitação do Deputado Adriano José. Sejam bem-vindos!

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem...*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Aqui, Deputado Tadeu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para registrar, Sr. Presidente, a solidariedade nossa, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e acredito que de todos os Deputados e Deputadas, à Dona Zenilda, uma senhora aposentada, Professora da Universidade que ontem sofreu agressão em Palmeiras por estar fazendo um debate a respeito da política. Acho que situações como essa são muito ruins. Ela foi agredida, foi jogada para fora, inclusive, do bar onde estava fazendo, e não é assim que vamos resolver as coisas. Então, fica registrada a

nossa solidariedade da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e acredito que de todos os Deputados e Deputadas aqui desta Casa à Dona Zenilda, em Palmeira, no Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, o seu voto, por favor. Guto Silva. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimaraes, Nereu Moura, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (11 Deputados).]** Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 445/2022.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 455/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 78/2022, que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 21.228, de 6 de setembro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2023. Parecer favorável da Comissão de Orçamento, na forma do substitutivo geral. Vamos submeter ao voto neste momento o Projeto, na forma do substitutivo geral. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Governo pede voto “sim” aos Deputados da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Alto Paraná, Felipe Mulatti, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Seja bem-vindo! Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Artagão, Francisco Bührer, Galo, Cristina Silvestri, Luiz Fernando Guerra e Marcio Pacheco.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Senhor Presidente, está com dificuldade o meu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ricardo Arruda.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Francisco Bührer, seu voto é “sim”.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Registrhou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seu voto já está registrado, Deputado. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichenbach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (34 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Coronel Lee, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz**

*Fernando Guerra, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tercílio Turini (11 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Rodrigo Estacho (9 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e 11 votos contrários, **está aprovado o substitutivo geral.***

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 648/2020, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Fernando Rogério Senna Calderari. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 648/2020.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 3/2021, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2018, pela regularidade das contas com ressalvas, determinações, recomendações e encaminhamentos. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, por que não agrupa todos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Porque são casos diferentes, de governos diferentes. Na sequência faremos a votação agrupada.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, novamente, pede o voto “sim” aos Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (6 Deputados); **Abstenção:** Coronel Lee, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra e Mabel Canto (4 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro

Araújo, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro e Rodrigo Estacho (12 Deputados).] Com 32 votos favoráveis, 6 votos contrários e 4 abstenções, está aprovado o Projeto de Resolução n.º 3/2021.

Itens 6 e 17 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 7/2021, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2019, pela regularidade das contas com ressalvas, determinações, recomendações e encaminhamentos. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 25/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2020. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

Em discussão. Itens 6 e 17. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo novamente pede o voto “sim” aos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição votará “não”, Presidente, por não ter os documentos necessários e o acesso à informação no tempo correto. “Não”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “sim” aos nossos Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença dos Vereadores de Lobato, Sr.^a Rose Borges, Aparecido Escurinho e Edno, a convite desta Presidência. Sejam bem-vindos à nossa Casa. E do Prefeito de Palotina, Luiz Ernesto, por solicitação do Deputado Micheletto. Seja bem-vindo. Ainda

pendentes os votos dos Deputados Marcio Pacheco, Nelson Luersen e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); Votaram Não:* *Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); Abstenção:* *Coronel Lee e Homero Marchese (2 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Luersen, Nereu Moura e Rodrigo Estacho (8 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis, 7 votos contrários e 2 abstenções, **estão aprovados os Itens 6 e 17.**

Agora, Sr.^o Deputados, vamos submeter ao voto os Itens 7 a 14 agrupados, por serem matérias correlatas.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^o 13/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2012. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^o 14/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2013. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^o 15/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2014. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 16/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2015. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 17/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2016. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 18/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2017. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 19/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2018. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 20/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2019. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo novamente pede o voto “sim” aos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Abstenção:** Coronel Lee, Homero Marchese e Mabel Canto (3 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Rodrigo Estacho (7 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e 3 abstenções, **estão aprovados todos os Projetos.**

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 21/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Femalep, referente ao exercício financeiro de 2019. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Plauto, seu voto. Soldado Fruet, ainda votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo,

Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Abstenção: Coronel Lee e Homero Marchese (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Rodrigo Estacho (7 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e 2 abstenções, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 21/2022.**

Agora, Sr.º Deputados, vamos submeter ao voto os Itens 16 e 19 a 22, também por serem matérias correlatas.

ITEM 16 – 1.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 23/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de dezembro de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 19 – 1.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 28/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de janeiro de 2022. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 20 – 1.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 29/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de fevereiro de 2022. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 21 – 1.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 30/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas

dos Senhores Deputados referente ao mês de março de 2022. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

ITEM 22 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 31/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de abril de 2022. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança também do Governo pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nelson, seu voto. Deputados Plauto, Ricardo Arruda, Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente... Ah, agora entrou o voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Abstenção:** Homero Marchese (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Rodrigo Estacho

(7 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e 1 voto contrário, **estão aprovados todos os Projetos.**

ITEM 18 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 27/2022, de autoria da Comissão de Parlamentar de Inquérito, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as organizações não governamentais. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. **Está sendo retirado de ofício por esta Presidência por duas Sessões. (Requerimento n.^º 3224/2022,** do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a retirada do Projeto de Resolução n.^º 27/2022, Item 18 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, pelo prazo de 2 Sessões. **Requerimento prejudicado.)**

ITEM 23 – Discussão Única do Veto Total n.^º 8/2022, ao Projeto de Lei n.^º 302/2019, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Michele Caputo (anexo o Projeto de Lei n.^º 611/2021, do Deputado Michele Caputo), que dispõe sobre o reconhecimento da profissão de condutor de ambulância no âmbito do Estado do Paraná, conforme estabelece a Lei Federal 12.998/214. Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Para encaminhar, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, este Projeto de Lei que apresentei, mas que já havia um Projeto anterior do Deputado Tadeu Veneri, que foi aqui inclusive defendido por vários Deputados, como o Deputado Marcio Pacheco, que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, em 1.^a Discussão aprovado aqui também, depois aprovado o mérito, que eu me lembre foi aprovado aqui em Plenário com a unanimidade dos presentes – não me lembro de ter tido voto contrário a este Projeto de Lei. O que ele basicamente fala? Ele regulamenta e qualifica essa função tão importante do condutor de ambulâncias. O que estamos vendo acontecer em muitos municípios paranaenses é que o condutor de ambulâncias, está se colocando nessa função pessoas sem conhecimento, que estão transportando pacientes e familiares como se fosse transportar uma caixa de batatas. Já tivemos casos inclusive de prejuízo fatal a

pessoas por desinformação, por desqualificação. O que nosso Projeto procura fazer é qualificar, além da própria habilitação que as normas de trânsito já exigem. Então, achamos que isso é dar uma responsabilidade e vejo com muita tristeza esse Veto total que vem com relação a uma lei que aprovamos aqui. Então, peço aos Deputados que mantenhamos a mesma coerência de quando aprovamos o Projeto de Lei aqui. Há uma expectativa muito grande dos condutores de ambulâncias. Está certo? Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Pacheco, para encaminhar.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero apenas rememorar o que votamos e quero, ao mesmo tempo, fazer um apelo ao Deputado Marcel Micheletto, Líder do Governo, porque este Projeto foi aprovado aqui na Casa com 100% dos Deputados que entenderam o que de fato acabamos construindo, porque a ideia inicial, Deputado Nelson Justus, era de que o Projeto reconhecia a atividade de condutor de ambulâncias. Essa formatação de fato padecia de constitucionalidade. Fui o relator desse projeto na Assembleia Legislativa, apresentei um substitutivo, o Deputado Homero acompanhou isso. Retiramos essa ideia formal da regulamentação e colocamos que para contratação de condutores de ambulância, no Estado do Paraná, seja respeitado exatamente o que está nos termos da Legislação Federal, para dar justamente essa segurança na contratação, porque tempos atrás, há uns quatro meses, aconteceu, inclusive, a morte de uma pessoa que foi transportada de maneira inadequada, por um condutor que não era condutor, que não tinha a capacitação necessária de acordo com o Código de Trânsito, para ser condutor de ambulância. Então, quero pedir ao Deputado Marcel Micheletto, que com muita sensibilidade libere a Bancada, para que possamos derrubar esse Veto. É um Veto importante, que cuida da vida das pessoas, daqueles que mais precisam, de quem está sendo transportado por ambulância. Então, quero agradecer a Vossa Excelência, se assim consentir, quero pedir pela derrubada do Veto. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Douglas Fabrício, por favor.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, quero encaminhar pela derrubada do Veto. Como já foi falado aqui, anteriormente, primeiro discutimos o Projeto. Vem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, vem o parecer de outras Comissões, vem para o Plenário e dá unanimidade, praticamente. Chega lá ao Palácio, alguma pessoa talvez com um olhar um pouco mais técnico, de repente: *Ah, mas não pode.* Por isso, vamos manter um Veto que vai prejudicar lá na ponta, até porque vejo hoje que é uma situação de saúde. Precisamos valorizar cada vez mais esse profissional de saúde. Entendo que um motorista de ambulância é um profissional que vai cuidar da vida das pessoas. E se deixar liberado do jeito que está, vai acabar tendo cada vez mais, o motorista de saúde em vez de ser o *cara* que vai se preocupar com as pessoas ou com a vida das pessoas, vai acabar sendo cada vez mais alguém ligado só a um *cabra* eleitoral ou para, amanhã ou depois, ser um candidato a qualquer coisa apenas, utilizando-se da força da saúde e não tão preocupado com a questão da saúde, realmente, das pessoas que ali transporta. Então, quero votar e vou pedir aqui também para quer possamos votar para derrubar o Veto. Esse é o meu encaminhamento que faço. Até uma homenagem aos Deputados também que propuseram a lei, que tenho certeza com as melhores e maiores das boas intenções.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, na mesma linha que falaram os demais Deputados, o Deputado Pacheco, fizemos um amplo entendimento com o Deputado Nelson Justus, com os demais Deputados, para que pudéssemos trazer esse formato de Projeto que aí está e que foi vetado pelo Governador, pelas suas razões, mas que solicitamos ao Líder do Governo que libere a sua Bancada, porque esse é um debate que já se faz no Brasil todo, entendendo que o profissional que faz a condução de pessoas dentro da ambulância não é um motorista como qualquer outro. O senhor que esteve na

CCJ também e acompanhou, sabemos que ele precisa, inclusive, ter algumas qualificações diferenciadas até porque se houver uma emergência, durante o percurso em que está se transportando essa pessoa, é ele que tem que ficar diretamente responsável. E estamos falando de uma pessoa que muitas vezes sai daqui de Curitiba, vai a Londrina, faz a sua obrigação, o que tem que fazer, que é levar o paciente a Londrina, volta, trabalha muito mais do que 10, 12 horas. É uma pessoa, Deputado Marcel, que tem prestado um enorme serviço em todas as Prefeituras do Estado do Paraná e que certamente merece o nosso reconhecimento. Por isso, fazemos um apelo ao senhor que estava na CCJ e que, por unanimidade, aprovamos o Projeto. O Projeto já foi aprovado, mas que possamos aqui derrubar o Veto, para que o Projeto venha a se transformar em lei e seja, pelo Presidente da Casa, sancionado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Queria fazer um comentário aqui. Sou uma pessoa que tenho exercido a Liderança aqui sempre ouvindo os meus pares, ouvindo o contraponto. Já fui Prefeito. Sei da importância do trabalho desses motoristas todos, que circulam pelo Estado do Paraná. Acima de tudo acho que é um gesto, que quero trazer aqui a todos os meus Deputados, que tenho a honra de liderar, por toda a história, conhecimento, do nosso Deputado Michele Caputo, de já ter sido Secretário de Estado da Saúde, uma grande contribuição. Acho que é um gesto importante que faço neste momento, para que os Deputados reflitam. Não vejo que isso vai trazer nenhum desconforto ao Governador Ratinho Junior, ao nosso Governo. Por todo o entendimento, pela história, tenho certeza de que o Deputado Michele não traria algo que pudesse trazer problema ao Governo do Estado e à Sesa. Então, quero aqui me sensibilizar pelos Deputados que me antecederam, pela maneira que me pediram, neste momento, para tomar uma decisão. Quero dizer a todos vocês e na responsabilidade que tenho, como Líder

do Governo e que vou, posteriormente, dizer isso ao próprio Governador Ratinho Junior, vou liberar a Bancada para que possamos cada um ter o seu entendimento. Com certeza, tenho certeza de que a história ilibada do Secretário de Estado da Saúde que foi, o Michele Caputo, ele não faria algo que pudesse prejudicar o Governo do Estado. Então, libero a Bancada para que cada um faça com a sua consciência. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam com a expressão “sim”, Deputados que optarem pela derrubada do Veto votam com a expressão “não”. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Abstenções:** Guto Silva e Marcel Micheletto (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Francisco Buhrer, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Natan Sperafico e Nereu Moura (10 Deputados).] Com 42 votos favoráveis, 2 votos contrários e 2 abstenções, **está rejeitado o Veto Total n.º 8/2022. Está derrubado o Veto.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos dois **requerimentos** com discussão adiada: **Requerimento n.º 3191/2022** do Deputado Professor Lemos, adiado de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Educação, Sr. Renato Feder, requerendo informações sobre contratos e doações feitas pela empresa Google; e **Requerimento n.º 3197/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, acerca das medidas tomadas para que preste atendimento integral a demanda reprimida de pacientes que aguardam exames, consultas e cirurgias em Ponta Grossa.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Há outros dois requerimentos, do Deputado Goura e Marcel Micheletto... Opa, Deputado Goura: **Requerimento n.º 3237/2022**, do Deputado Goura, solicitando informações ao Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná, Sr. João Evaristo Debiasi, acerca dos critérios utilizados para o Projeto Cinema na Praça.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimento n.º 3232/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a dispensa de votação de Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 444/2022 e 445/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 3223/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro, requerendo informações a respeito da readequação da PR-218, no trecho que liga a sede do município de Querência do Norte ao Porto Felício; **Requerimento n.º 3225/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Londrina; **Requerimentos n.ºs 3226 a 3231 e 3233 a 3235/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Bonifácio Cinezio Antunes; Luiz Skolimoski; Manoel Baltazar de Oliveira; Roque Benjamin da Silva; Anna Stremel Gorte; Aurora Lazarine de Souza; Ironi da Luz Siqueira; Berenice Ribeiro Martins; e Nelci Amaral; **Requerimento n.º 3236/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, Sr. Renato Feder, requerendo a tomada das medidas cabíveis para a imediata suspensão do Edital de Credenciamento n.º 02/2022 da ParanáEducação, referente ao credenciamento para prestação de serviços de assistência gerencial das unidades escolares do Sistema Educacional do Estado do Paraná – Projeto Parceiro da Escola.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 3238/2022, do Deputado Bazana, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 31 de outubro de 2022, para entrega de certificado de menção honrosa à APAE de Curitiba, em ocasião da comemoração de 60 anos de sua fundação; **Requerimento n.º 3239/2022**, do Deputado Michele Caputo e da Deputada Mabel Canto, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 21 de novembro de 2022

para a solenidade da entrega de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná do Sr. Adriano Rocha Lago, Lei n.º 20.286, de 12 de agosto de 2020.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 3221/2022, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando a sua exclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 218/2021, de autoria dos Deputados Soldado Adriano José e Delegado Fernando Martins, e do Projeto de Lei em anexo n.º 21/2022; **Requerimento n.º 3240/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando a retirada do regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei n.º 186/2022 (Requerimento 2922/2022) e a juntada dos atos oficiais autorizadores do acordo para revisão de divisas firmados pelos representantes dos Poderes Executivos e Legislativos dos municípios de Bituruna e Coronel Domingos Soares, conforme específica.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 3220/2022**, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de outubro de 2022.

Deferido conforme o Inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 3222/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência por 60 dias, a partir do dia 17 de outubro de 2022, licença médica para tratamento de saúde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a Sessão de hoje, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 26 de outubro de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 945/2019, 323/2022 e 455/2022; 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 648/2020 e dos Projetos de Resolução n.ºs 3/2021, 7/2021, 13/2022, 14/2022, 15/2022, 16/2022, 17/2022, 18/2022, 19/2022, 20/2022, 21/2022, 23/2022, 25/2022, 28/2022, 29/2022, 30/2022 e 31/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 769/2019.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h45, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)